

## Pesquisa mostra aumento da renda dos pobres

Rio - As transferências do governo feitas pela Previdência Social e, principalmente, por programas como o Bolsa Família fizeram com que a renda dos pobres aumentasse, enquanto a do restante da população brasileira caísse. De 1995 a 2004, o rendimento médio do brasileiro diminuiu 0,63% ao ano, mas a dos pobres, ao contrário, subiu 0,73 ponto percentual a cada ano. As informações são da pesquisa Crescimento Pró-Pobre: o paradoxo brasileiro, do economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e dos pesquisadores Nanak Kakwani e Hyun Son, do Centro Internacional de Pobreza da Organização das Nações Unidas (ONU).

O maior crescimento da renda dos pobres, na divisão de tempo feita no estudo, foi de 3,07 pontos percentuais ao ano, entre 2001 e 2004. O mesmo período também foi o de maior queda de renda média do brasileiro em geral: de 1,35% por ano.

Muitos economistas dizem que o crescimento (econômico) é a única maneira para reduzir a pobreza, mas aqui no Brasil se vê o oposto: é possível reduzir a pobreza sem grande crescimento. Não vi isso em nenhum outro lugar do mundo, disse Kakwani, que é indiano.

As transferências governamentais que reduzem a pobreza, talvez, estejam ligadas ao baixo crescimento, avalia Neri. Os gastos totais do Estado, até mesmo sociais, crescem e obrigam o Brasil a ter uma carga tributária alta e a taxas de juros também elevadas. Isso trava a economia, disse. De acordo com ele, os gastos sociais no Brasil correspondem a 25% do total de riquezas geradas em um ano no País, o Produto Interno Bruto (PIB).

No longo prazo, a redução da pobreza depende do crescimento do PIB. Por isso, os pesquisadores acham que seria desejável que o governo focasse mais as transferências para os pouco favorecidos, especialmente as crianças, por meio de programas como o Bolsa Família, e detivesse o crescimento dos gastos com a Previdência. O levantamento indica que projetos como o Bolsa Família e o antecessor Bolsa-Escola respondem por dois terços do aumento da renda do pobre desde 2001 e custam menos.

Para Neri, a redução da desigualdade pelo aumento da renda do trabalho é mais sustentável do que por transferências estatais.

O economista da FGV observou que o aumento real do salário mínimo em 2005 não produziu redução significativa da pobreza. Ele levantou a possibilidade de os ganhos de uma alta do mínimo para os empregados não compensarem os custos associados a isso - de crescimento da informalidade e do desemprego. Para ele, 2005 não foi muito pró-pobre, mas anti-elite, uma vez que os ricos perderam participação na renda total, mas, principalmente, em favor da classe média.